

CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

**CIÊNCIAS
HUMANAS**

e suas **TECNOLOGIAS** >>

História

Fascículo 3

Unidades 5 e 6

Edição 2016

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Vice-Governador

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado

Gustavo Reis Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado

Antônio José Vieira de Paiva Neto

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Coordenação Geral de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Elaboração de História

Gilberto Aparecido Angelozzi

Gracilda Alves

Sabrina Machado Campos

Denise da Silva Menezes do Nascimento

Márcia Pinto Bandeira de Melo

Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone

José Ricardo Ferraz

Priscila Aquino da Silva

Inês Santos Nogueira

Renata Moraes

Erika Arantes

Maria José Carvalho

Rafael Cupello Peixoto

Gustavo Souza

Claudia Affonso

Revisão de Língua Portuguesa

Anna Maria Osborne

José Meyohas

Coordenação de

Desenvolvimento Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo

Paulo Vasques de Miranda

Desenvolvimento Instrucional

Anna Maria Osborne

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção

Bianca Giacomelli

Projeto Gráfico e Capa

Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura das Unidades

Andreia Villar

Diagramação

Camille Moraes

Filipe Dutra

Fernanda Novaes

Larissa Averbug

Mario Lima

Núbia Roma

Ilustração

Clara Gomes

Fernando Romeiro

Renan Alves

Vinicius Mitchell

Produção Gráfica

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Sumário

Unidade 5	Século XIX: as ideias político-sociais e os movimentos rurais e urbanos	5
<hr/>		
Unidade 6	O Segundo Reinado no Brasil: Organização Social, Política, Trabalho e Cidadania	33
<hr/>		

Prezado(a) Aluno(a),

Seja bem-vindo a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliá-lo numa jornada rumo ao aprendizado e conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um site da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores, etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como chats, fóruns.

Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar online no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço:
<http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "nome de usuário" e "senha".

Feito isso, clique no botão "Acesso". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



O Segundo Reinado no Brasil: Organização Social, Política, Trabalho e Cidadania

Fascículo 3
Unidade 6

O Segundo Reinado no Brasil: Organização Social, Política, Trabalho e Cidadania.

Para início de conversa...



Figura 1: Segunda família das notas do Real.

Observe as notas da moeda corrente no Brasil atual: o Real. A imagem que ilustra a frente das notas é uma escultura que representa a República. A palavra república vem do latim, surge na Roma antiga e significa “coisa do povo” – homens unidos pelas mesmas leis com interesses comuns. Mas, o Brasil nem sempre foi uma República. Estudamos, em outras unidades, que nosso país se tornou independente e se constituiu numa monarquia. Nosso primeiro imperador foi D. Pedro I, proclamado em 1º de dezembro de 1822. E, hoje, você conhece ou tem notícia de algum país que ainda adota a monarquia? São exemplos de monarquia no século XXI países como: Reino Unido (Inglaterra), Espanha, Japão, Mônaco e Suécia. Na Inglaterra, por exemplo, a figura da rainha Elizabeth II é muito importante para entendermos a importância da monarquia britânica.

A imagem da rainha aparece nas diferentes notas e moedas que circulam, atualmente, no Reino Unido. Diferente da maioria dos países europeus, que utilizam o “Euro”, a moeda oficial do Reino Unido é a Libra Esterlina (ou Pound). Além disso, seu nome sempre é lembrado no início do Hino Nacional, quando os britânicos cantam: “Deus salve a Rainha” (God save the Queen). Tente reparar nisso, nos eventos esportivos antes dos jogos da seleção da Inglaterra.



Figura 2: Libra Esterlina

E no Brasil do Segundo Reinado, como era nossa monarquia? Como ela estava organizada? Vamos aprender mais sobre isso?

Objetivos da aprendizagem...

- Contextualizar os processos políticos do Segundo Reinado.
- Identificar estratégias de dominação e resistência que promoveram inclusão e/ou exclusão social.
- Contextualizar o projeto de construção do Estado na formulação da Constituição de 1824, da Lei de Terras de 1850 e das leis abolicionistas.
- Discutir trabalho escravo e mão de obra livre.
- Debater a questão de gênero e a sociedade patriarcal.
- Reconhecer a dinâmica das relações econômicas no processo de transformação da realidade histórica.

Seção 1

Organização política do Segundo Reinado

O Brasil independente adotou como modelo a monarquia. Aqui, a organização da monarquia seguiu um modelo diferente se compararmos com os sistemas monárquicos existentes na época – no Brasil adotou-se, como veremos, o parlamentarismo. Assim, o Império também possuía características semelhantes às da Inglaterra, atualmente. A moeda utilizada no período era o Réis, que também valia para Portugal. Na moeda brasileira, vinha destacado o brasão real.



Figura 3: Moeda de 100 Réis de 1871 (verso)

A impressão da moeda pode ser entendida como uma forma de garantir a presença e o respeito da família imperial, principalmente se levarmos em conta que o nosso segundo imperador era ainda muito jovem quando assumiu o poder. A subida ao trono de forma antecipada foi uma jogada política conhecida como Golpe da Maioridade. Ele tornou-se imperador com menos de 15 anos, enquanto, a Constituição de 1824 determinava que a maioria só era possível, quando Pedro de Alcântara completasse 21 anos.

O Golpe da Maioridade, em linhas gerais, pode ser considerado uma solução para sufocar as revoltas regenciais de traços separatistas como a Sabinada e a Farroupilha, além de confirmar a centralidade do Império. Afinal, para a maioria dos políticos que viviam na Corte brasileira a ideia de fragmentação do Brasil como ocorreu com os vice-reinados espanhóis não era bem vista. Além disso, os políticos com ligações com a monarquia não enxergavam com bons olhos o modelo de República. Eles consideravam nossos vizinhos, como Argentina e o Uruguai, modelos políticos que não deveriam ser seguidos, afinal eram repúblicas.

A Revolução Praieira

Quem viver em Pernambuco

Deve estar desenganado

Que ou há de ser cavalcanti

Ou há de ser cavalgado

A Revolução Praieira que ocorreu em Pernambuco é considerada a última revolta regencial e ao mesmo tempo uma demonstração de força de D. Pedro II. No início do Segundo Reinado, as condições de vida na província eram muito difíceis. O comércio estava nas mãos dos portugueses e as terras, os engenhos e o governo provincial estavam nas mãos de poucas famílias - como a Cavalcanti, conforme o verso acima. A revolta começou entre os membros da elite pelo controle do governo, mas teve ampla participação do povo, que estava insatisfeito com as condições de vida e trabalho a que estavam submetidos. Os líderes praiieiros não apoiavam os ideais populares que tomaram conta da Revolta: os revoltosos reivindicavam voto livre e universal, liberdade de imprensa, nacionalização do comércio e fim da escravidão. A rebelião foi derrotada pelas tropas governamentais em 1850. Os líderes foram presos e mandados para a prisão perpétua em Fernando de Noronha. O principal líder, Ivo Veloso da Silveira, foi preso, mas morreu durante a viagem à Fortaleza da Laje no Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext

Saiba Mais

Dirigido pelo grupo liberal, o Golpe da Maioridade tinha como objetivo resguardar a ordem nacional. Além disso, esse grupo via na coroação de D. Pedro II uma oportunidade de governar junto ao Imperador. Em 1840, o imperador só tinha 14 anos, e, constitucionalmente, não poderia assumir o trono. Os políticos liberais começaram a lançar em jornais e revistas uma campanha para antecipar a maioridade de D. Pedro II. Os conservadores também aderiram ao movimento, entendido como única maneira de “salvar o Estado brasileiro”. Em julho de 1840, a campanha foi vitoriosa e o jovem Pedro foi aclamado segundo imperador do Brasil. Mas, quem eram os liberais e conservadores?

Durante o Segundo Reinado dois grupos políticos predominaram no Estado brasileiro, são eles: os liberais (Luzias) e os conservadores (Saquarema). Esses grupos não eram muito diferentes entre si, pois os dois eram compostos por membros da elite do país: fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos e militares.

Luzias e Saquaremas

O político pernambucano Holanda Cavalcanti tinha uma frase para definir Luzias e Saquaremas da seguinte forma: “nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder.” Será que esses dois grupos eram iguais? Não, existiam algumas diferenças.

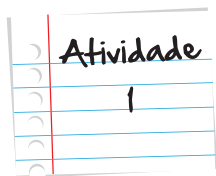
Luzias Esse grupo político defendia a autonomia das províncias e a implantação do federalismo no Brasil. O que seria isso? Para os luzias, chamados de liberais, as províncias, que hoje correspondem a alguns de nossos Estados, deveriam ter mais liberdade e autonomia em relação ao Governo Central. Assim, esse grupo era favorável à descentralização do poder.

Saquarema Esse foi o grupo político que, por mais tempo, ficou à frente do gabinete de D. Pedro II. Eles tinham como defesa a unidade do Império do Brasil e a centralização do poder, a partir do Governo Central. Na maioria das vezes, foram os grandes defensores do Poder Moderador e do conservadorismo, ou seja, não desejavam grandes mudanças no Estado Brasileiro.

Saiba Mais

Os interesses dos dois grupos políticos eram muito parecidos, mas mesmo assim eles estavam em constante disputa pelo poder. Violência e fraude marcaram as disputas eleitorais do ano de 1842. Os liberais foram vitoriosos e as eleições ficaram conhecidas como *eleições do cacete*. Você sabe o porquê deste nome? Essas eleições ficaram conhecidas por esse apelido, pois, à época, ocorreram muitas fraudes como a falsificação de títulos, roubos e espancamentos.

Para impedir a continuação das disputas eleitorais, que se seguiram até 1853, uma das principais medidas do novo imperador foi estabelecer uma *política de conciliação*, que nada mais era que estabelecer um equilíbrio de poder. Ora seus ministérios eram comandados pelos liberais, ora por conservadores.



Queremos D. Pedro II
Embora não tenha idade
A nação dispensa a lei
E viva a maioria.



Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/antecipacao.html>

a) Os versos acima indicam qual jogada política ocorrida no Brasil imperial?

b) Explique por que liberais e depois conservadores consideravam importante a subida de D. Pedro II no trono brasileiro?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Em 1847, durante a gestão de um ministério liberal, foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros para que houvesse um responsável direto pela gestão do poder executivo, isto é, um cargo equivalente ao de primeiro ministro. Mesmo assim, no Brasil, diz-se que houve um “**Parlamentarismo** às avessas”, isto porque, o chefe do Executivo era o Imperador e este exercia o poder moderador que lhe permitia extinguir o gabinete e demitir o Ministro. Em outras palavras, o Legislativo não saiu fortalecido e nem o imperador deixou de governar. Definiu-se que o papel do Conselho de Estado era auxiliar o imperador na tomada de suas decisões.

Parlamentarismo

O parlamentarismo é um sistema político no qual o parlamento ou o congresso escolhem o primeiro-ministro, que se torna o chefe do poder executivo. Na Inglaterra, por exemplo, a eleição do primeiro ministro é feita na Câmara dos Comuns (uma espécie de Câmara dos Deputados), onde o primeiro ministro é eleito entre os deputados. Após sua eleição, ele se torna o representante do Poder executivo e governa com o consentimento ou autorização do rei ou da rainha.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Houses.of.parliament.overall arp.jpg>



Figura 4: Casa do Parlamento inglês

O Segundo Reinado apresentou, em termos constitucionais, uma diferença em relação ao período regencial. Você saberia identificá-la? A chegada ao trono do Imperador trouxe de volta à cena política o Poder Moderador que concedia amplos poderes ao Imperador para interferir no Legislativo e no Judiciário. Por exemplo, se a Assembleia Nacional criasse alguma lei contra os interesses da Coroa, o imperador tinha o poder de dissolvê-la e convocar eleições para uma nova casa legislativa. E, hoje, será que funciona assim? Vamos comparar como era essa divisão dos poderes e quem os exercia?

Constituição de 1824	Constituição de 1988
Poder Moderador – poder exclusivo do imperador.	Não há.
Poder Executivo – Imperador e presidentes das províncias.	Poder Executivo – Presidente, Governadores e Prefeitos.
Poder Legislativo – Deputados e senadores.	Poder Legislativo - Deputados (federais, distrital e estaduais), Senadores, Vereadores.
Poder Judiciário – juízes, promotores e desembargadores.	Poder Judiciário – Juízes, promotores e desembargadores.

Em relação ao contexto internacional, o Segundo Reinado lidou com uma série de disputas políticas. Logo no início de seu reinado, D. Pedro II enfrentou uma disputa internacional com a Inglaterra acerca do tráfico de escravos. Em 1845, a Inglaterra, sob o comando de Lord Aberdeen, decreta o Bill Aberdeen (que dava direito aos ingleses de prender e/ou afundar navios brasileiros que transportavam escravos ilegalmente). Essa lei vai afetar diretamente a nossa soberania. E como você estudou anteriormente, a soberania representa o direito que uma nação tem de fazer suas leis, sem interferência de outras nações. Após um longo período de discussão com os ingleses, os políticos brasileiros resolveram buscar uma saída nacional para anular os efeitos do Bill Aberdeen e manter a soberania nacional.

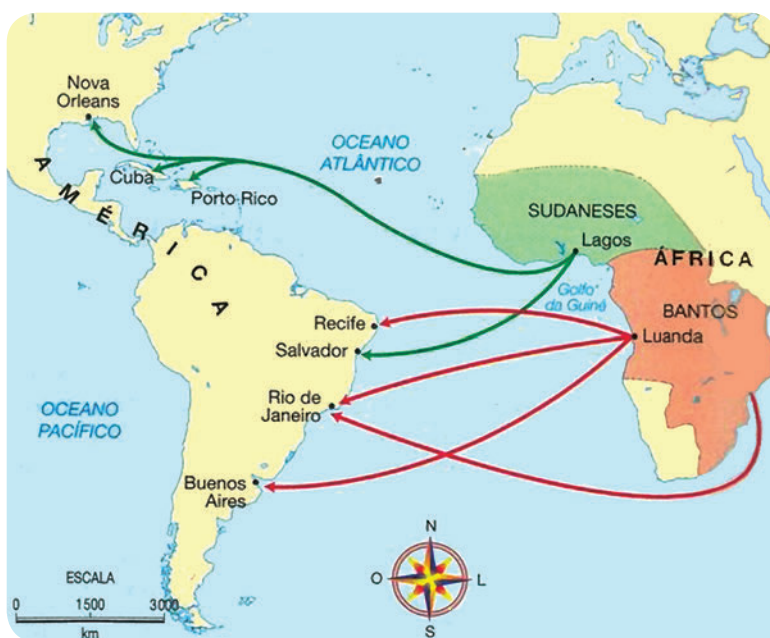


Figura 5: O mapa mostra as rotas do Tráfico Internacional de Escravos da África para a América.

Em 1850, o ministro Eusébio de Queirós criou outra lei proibindo o tráfico de escravos. Afinal, a lei criada pelo regente Feijó, em 1831, teve poucos efeitos, era como se dizia “apenas para inglês ver”. A lei Eusébio de Queirós determinava o fim do tráfico internacional de escravos, dando um golpe na escravidão a médio e longo prazo. Essa nova lei desmontava as redes do tráfico de escravos e dos traficantes negreiros tanto no Brasil, como na África, principalmente a partir de Angola. Pela importância da escravidão para a economia do império as proibições ao tráfico intercontinental intensificaram o tráfico interno, interprovincial, trazendo escravos das decadentes fazendas de açúcar do Nordeste, por exemplo, para o Sudeste cafeeiro. Por fim, como consequências da lei, temos: a diminuição do número de proprietários de escravos, devido ao encarecimento dos cativos; aumento do tráfico interno, principalmente para o Sudeste cafeeiro; crescimento do abolicionismo; desenvolvimento da imigração estrangeira, como forma de alimentar o mercado interno que temia a falta de mão de obra.

Seção 2

Trabalho e cidadania no Segundo Reinado



Figura 6: Carregadores de Café

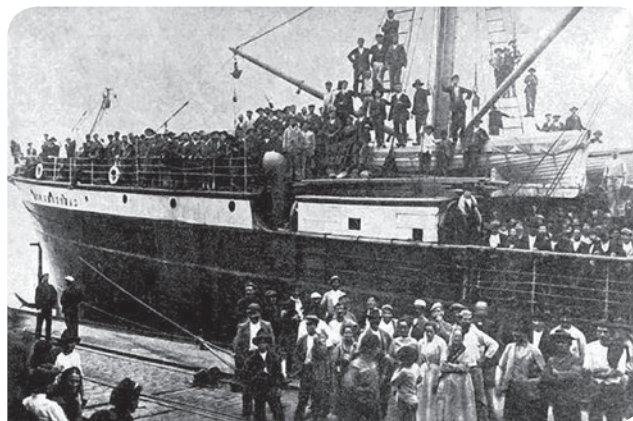


Figura 7: Imigrantes italianos chegando ao Brasil para trabalhar na lavoura de café.

As imagens acima revelam uma importante transformação com relação ao regime de trabalho que teve como palco o Brasil do Segundo Reinado. A primeira imagem, datada de 1840, revela a importância do trabalho escravo para aquele que era o principal produto de exportação da economia brasileira: o café. Já a segunda imagem mostra o desembarque de imigrantes italianos, que irão formar a mão de obra livre nas fazendas de café do Oeste Paulista. De fato, trata-se de um tempo de grandes mudanças com relação ao mundo do trabalho. Vamos entender essas transformações?

Durante o Segundo Reinado, o Brasil se tornou o maior exportador de café do mundo, um produto de luxo consumido pela Europa desde o século XVIII. Até 1880, as plantações do Rio de Janeiro lideraram a produção cafeeira. A economia do café se baseava na monocultura (um único tipo de plantação), no latifúndio (grandes propriedades de terra) voltado para a exportação e em um primeiro momento, teve como base o trabalho escravo. Nessa época, o trabalho braçal era visto como inferior e considerado "coisa de negro". O Brasil permaneceu escravista até 1888 e mesmo anos após a libertação dos escravos, ainda é possível distinguir em nossa sociedade traços de preconceito racial e desvalorização do trabalho manual.

O cotidiano dos escravos nos cafezais era pesado com rotinas de trabalho que se iniciavam às quatro ou cinco da manhã e iam até vinte e duas horas, quando se recolhiam às senzalas. A lida nas plantações era interrompida

quando o trabalho da lavoura era substituído pelo corte da lenha, o reparo de estradas, a limpeza de córregos. Além disso, ainda existiam os escravos domésticos e os escravos do meio urbano – que tinham a função de armazenar o café e transportá-lo, como vimos na imagem anterior.

O negro resistiu à condição da escravidão de diversas formas: o suicídio, a fuga, a revolta contra seus senhores, a formação de quilombos, o aborto, foram algumas formas de resistência. Por sua vez, as ideias abolicionistas ganhavam mais força durante a década de 1870 e influenciaram a opção pela mão de obra livre, europeia e assalariada. Além do abolicionismo, a política de imigração surgiu em um ambiente repleto de preocupações racistas. À mão de obra branca europeia era atribuída a ideia de superioridade racial. A elite brasileira estava muito influenciada pela teoria do darwinismo social, difundido pelos EUA, e acreditava que a vinda de imigrantes favoreceria o “branqueamento” da população brasileira.



Saiba Mais

Darwinismo Social

Inspirados na teoria da evolução natural das espécies, de Charles Darwin, no campo da Biologia, alguns filósofos e cientistas sociais aplicaram o evolucionismo às sociedades humanas, classificando-as como atrasadas ou avançadas. Criou-se, assim, o darwinismo social, que acreditava existir raças superiores e inferiores. Esta teoria foi utilizada para justificar o domínio europeu na África e na Ásia e propagar o aumento do preconceito.

Um dos efeitos da Lei Eusébio de Queirós foi o gradual declínio do sistema escravista no Brasil. Esse declínio foi acompanhado pela mudança de localização das lavouras de café. Da região do Vale do Paraíba, tradicionalmente escravista, o esgotamento do solo empurrou a economia do café para o Oeste Paulista, onde se estabeleceu pela fertilidade do solo de terra roxa, propício para o cultivo. Mas, no Oeste Paulista, outro regime de trabalho seria estabelecido. Nele, imigrantes europeus – alemães, italianos e portugueses, principalmente – formaram uma nova classe social. Importante notar que no mesmo ano em que proibiu o tráfico negreiro intercontinental, o governo brasileiro promulgou uma lei que dificultava o acesso à terra, a chamada Lei de Terras.



Saiba Mais

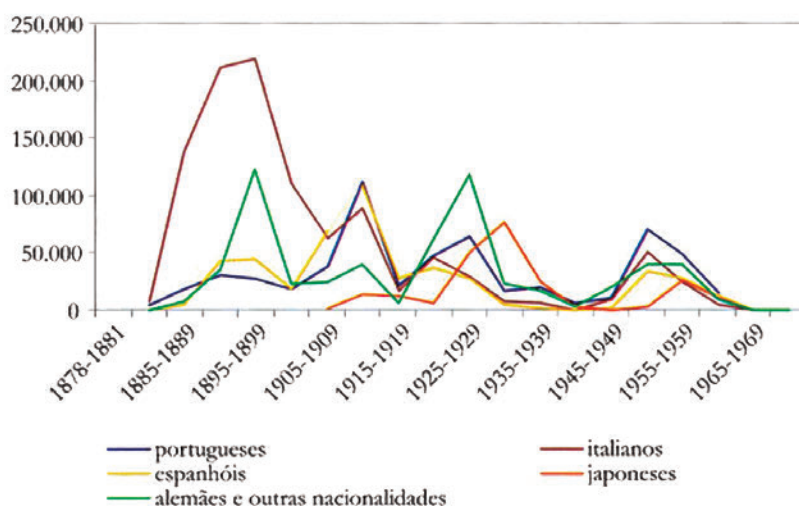
Lei de Terras:

A Lei de Terras regulamentava o acesso à terra daqueles que possuísem títulos ou conseguissem provar a posse da terra. A partir desta lei, a propriedade da terra só seria possível através da compra, tornando-se uma mercadoria. Essa política dificultava o acesso à terra, pois poucos teriam condições de compra. Apenas a elite conseguiria adquirir essas propriedades rurais e assim a lei contribuiu para manter a estrutura fundiária do Brasil, baseada no latifúndio. A lei se referia à compra de terras públicas, também chamadas devolutas. Outros mecanismos de aquisição de terra, como heranças, doações ou o usucapião em terras privadas (direito à posse da terra pelo tempo de uso dela) ainda eram aplicados.

O governo incentivou a chegada de colonos europeus e a adoção do sistema de colônias de parceria, onde o colono trabalharia para pagar as despesas de transporte e viagem até a fazenda de café, além da instalação e da manutenção da família. Contudo, o imigrante caía em uma armadilha de endividamento tão logo chegava ao Brasil. Além da dificuldade de pagar as dívidas contraídas, os colonos eram muitas vezes tratados de forma arbitrária pelos latifundiários, acostumados a lidar com escravos. Esse cenário propiciou a eclosão de revoltas de colonos nas fazendas de cafés.

Com o fracasso do sistema de parceria, o governo precisou intervir e adotar a imigração subvencionada, pagando a viagem enquanto o fazendeiro arcava com a instalação e o primeiro ano do colono em território nacional. Nesse sistema, o imigrante tinha direito a salário fixo independente da safra, e tinha um tratamento melhor.

*Imigrantes entrados no Estado de São Paulo, segundo a nacionalidade
1872-1971*



Observe o gráfico e veja as nacionalidades que entraram em São Paulo a partir do Segundo Reinado. É possível verificar que os italianos foram a principal corrente de imigrantes, mas que portugueses, alemães e espanhóis também marcaram presença na política de imigração do Império. Os braços desses imigrantes ajudaram a transformar hábitos, costumes e atividades econômicas, principalmente no Centro-Sul do Brasil, onde se fixaram com mais frequência. Esses povos influenciaram a cultura e a identidade nacional.

Muito além do café

Mas não só de agricultura viveu a economia brasileira durante o Segundo Reinado. Durante muito tempo, o desenvolvimento das atividades industriais brasileiras foi retardado pelos tratados comerciais entre Brasil e Inglaterra. D. João VI assinou, em 1810, o Tratado de Comércio e Navegação, que destinava aos produtos ingleses taxas alfandegárias reduzidas (15%). Nossos produtos não tinham qualidade e nem preço para competir com os ingleses, que chegavam aos nossos portos

em grande quantidade. Além disso, faltava investimento na indústria, mão de obra especializada com conhecimento técnico e um mercado consumidor mais sólido – já que grande parte dos trabalhadores brasileiros eram escravos.

O fim do tráfico negreiro, em 1850, coincidiu com uma alta dos preços do café no mercado estrangeiro, o que teve uma repercussão positiva para a economia. Segundo Lilia Moritz, as vendas subiram 23% entre 1850 e 1851. O cacau e a borracha também foram produtos de alto valor comercial que começaram a ganhar importância na produção agrícola brasileira. Os capitais, antes destinados ao tráfico, foram redirecionados para outros investimentos, como a indústria e o comércio. Nesse contexto de crescimento, o ministro das finanças Manuel Alves Branco lançou, em 1844, as chamadas Tarifas Alves Branco, que criaram uma nova política alfandegária, taxando produtos estrangeiros. O objetivo era aumentar a arrecadação sobre importações e elevava para 30% o imposto sobre produtos importados sem similares nacionais e 60% para aqueles que a indústria brasileira também produzia. Com os produtos importados mais caros para o consumo, os produtos nacionais tiveram chance de competir.

Esses dois fatores – o fim do tráfico e as Tarifas Alves Branco – contribuíram para o que foi considerado o primeiro surto industrial do Brasil, que contou, ainda, com um personagem histórico importante: o Barão de Mauá.

O governo facilitou a importação de maquinarias. O Brasil assistiu à introdução de tecnologias industriais típicas do século XIX, como o telégrafo e as ferrovias, que auxiliaram no transporte do café. A industrialização mudou também o cenário urbano. No Rio de Janeiro, por exemplo, as antigas carruagens deram lugar aos bondes puxados por burros, a iluminação se tornou a gás e a água passou a ser encanada.



Saiba Mais

A “Era Mauá”

Irineu Evangelista de Souza foi um grande empresário brasileiro. Ele possuía inúmeros empreendimentos industriais particulares, como bancos, companhias de gás, estradas de ferro, rodovias, fundição e estaleiro. Mas a Era Mauá não teve vida longa. Vários elementos contribuíram para a falência das empresas de Mauá em 1878 – além da concorrência com o capital estrangeiro, sobretudo inglês, as ideias liberais, abolicionistas e sua posição contrária à Guerra do Paraguai lhe renderam muitas inimizades. Esse período da industrialização brasileira é chamado “Era Mauá”.

A figura do barão de Mauá teve um peso tão grande na indústria brasileira do Segundo Reinado que biografias sobre sua vida foram escritas por diversos historiadores e estudiosos, ao longo do tempo. Essas biografias costumavam destacar seu lado liberal em contraste com um Império agrícola e conservador. O termo “Era Mauá” se popularizou através dessas pesquisas, que tiveram suas ideias difundidas em livros didáticos. Contudo, segundo o historiador Carlos Gabriel Guimarães, a pesquisa histórica atual aponta que não houve tanto contraste assim entre o barão e o Império. Sua atuação era sempre no sentido de legitimar o Reinado e não o contrário. Esses estudos mostram que “a trajetória dos negócios efetuados pelo futuro barão e depois visconde de Mauá, títulos estes concedidos por D. Pedro II após 1850, somada às honrarias e mercês recebidas, como os empréstimos e monopólios com que foi favorecido, expressam bem o homem da Corte, por mais que seus interesses, muitas vezes, tenham sido contrariados pelo poder imperial”. (GUIMARÃES, 2007)

O trabalho no campo e nas cidades

Na segunda metade do século XIX, junto com o desenvolvimento da economia cafeeira e a industrialização, assistimos um crescimento dos centros urbanos, onde trabalhavam profissionais das camadas médias como médicos, professores, dentistas, escultores, advogados, e outros. Mas mesmo nas cidades, a presença de escravos era grande. Nelas, os escravos tinham funções variadas como carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, carpinteiros ou pedreiros.

Observe as imagens a seguir:



Figura 9: Jean Baptiste Debret. Família pobre recolhendo o produto do trabalho da negra velha que carrega água. 1827. Museu Castro Maya - IPHAN/MinC - MEA 0179

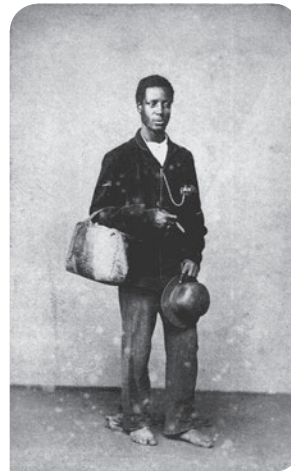


Figura 10: A fotografia mostra um escravo de ganho, com paletó e chapéu a tiracolo. Contudo, para marcar sua condição de escravo, ele andava descalço.

Era comum nos centros urbanos do período imperial que pessoas investissem seus recursos na compra de um escravo para depois viver das rendas conseguidas pelos cativos. Eles eram chamados escravos de ganho, obrigados por seu senhor a trabalhar em mais variados serviços, pagando-lhe uma quantia do que ganhasse. Jean-Baptiste Debret, pintor que viveu e retratou o período imperial, ilustra essa condição no quadro, mostrando uma viúva e sua pobre filha vivendo dos recursos vindos do trabalho de uma velha escrava.

No campo, principalmente nas regiões dominadas pelo café, a elite latifundiária era composta em grande parte por homens brancos que detinham poderes econômicos e políticos. Tratava-se da aristocracia do café, que recebia títulos de nobreza, tornando-se “barões”. No mundo rural, era predominante o trabalho escravo, mas também existiam trabalhadores livres. Poderiam ser assalariados ou trabalhar em regime de parceria com o fazendeiro, explorando um terreno cedido pelo grande proprietário e dividindo o lucro da terra com ele.

A expansão dos cafezais, que precisavam de grandes áreas de cultivo, expulsou os pequenos roceiros que ainda se encontravam no campo.

A diversidade no Brasil era grande - os afro-brasileiros, os mestiços e os brancos pobres conviviam com a miséria e o preconceito. Como muitas tarefas eram delegadas a escravos, os indivíduos livres e pobres não tinham muitas opções de trabalho digno, seja no campo ou na cidade.

Atividade
2

Escravos importados pelo Brasil no período de 1842-1852										
1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852
17.435	19.095	22.849	19.453	50.324	53.172	60.000	54.000	23.000	3.287	700

A partir do que aprendemos sobre o trabalho no Brasil durante o Segundo Reinado observe a tabela. Nela, vemos um crescimento do número de escravos importados, a partir de 1843, e uma retração a partir de 1849.

Explique os motivos dessa variação.

Anote suas respostas em seu caderno

Seção 3

O cotidiano urbano e rural do Segundo Reinado (religiosidade, educação, família e mulher)

Em 2012, a Rede Globo exibiu uma refilmagem de um clássico da literatura brasileira: Gabriela, Cravo e Canela, romance escrito por Jorge Amado. O livro retrata temas sociais típicos da sociedade nordestina e latifundiária, como o grande poder dos coronéis. Um dos casais românticos destacados pela telenovela foi o amor proibido entre Gerusa (Luiza Valderato), neta do coronel Ramiro (Antonio Fagundes) e Mundinho (Matheus Solano), desafeto político do coronel. A história de amor de Gerusa e Mundinho sofreu com o impedimento do coronel, que não admitia o namoro dos dois e enviou sua neta para um convento. Histórias românticas como essa, em que a mocinha apaixonada enfrenta a autoridade do pai ou avô e é forçada a entrar num convento poderia muito bem se passar durante o Segundo reinado.

Geralmente, as famílias da elite já tinham casamentos arranjados para seus filhos e filhas desde a tenra idade. A figura paterna exercia grande poder sobre os filhos que, em geral, não ousavam responder aos pais ou ter atitudes desrespeitosas.

Durante o século XIX, a condição de vida da mulher sofreu alterações. O retrato da mulher dependente do poder **patriarcal** e submissa ocultava dos historiadores uma diversidade de experiências femininas que tinham como palco as mudanças do século XIX. As leis daquele tempo, efetivamente, relegavam as mulheres a um estado de menoridade e obediência com relação ao marido. Tradicionalmente, a mulher branca estava destinada à reclusão, a dirigir a casa e gerar os filhos. Mas muitas mulheres não se enquadravam nesse perfil. As escravas, as mulheres que trabalhavam nas indústrias ou como empregadas, as prostitutas e as trabalhadoras rurais não se encaixavam nessa vida tutelada pelo marido. Mesmo as mulheres da alta sociedade estavam sendo influenciadas por ideias de liberdade inglesas e francesas, o que as tornavam menos submissas ao ideal patriarcal.

Contudo, não podemos exagerar. Grande parte das mulheres do século XIX era analfabeta e tinha muitos filhos. Geralmente morriam em decorrência de complicações no parto. A mortalidade infantil era muito alta e os casais costumavam ter muitos filhos. As mulheres pobres tinham de trabalhar para ajudar no sustento da família e exerciam atividades variadas, como roceiras e lavadeiras. Quando a família entrava em crise, a mulher da elite também trabalhava fazendo doces, dando aulas de piano ou bordando. E a mulher negra, marginalizada duplamente, estava constantemente sujeita à exploração sexual de seu patrão.

Patriarcado ou patriarcalismo

Patriarcas são chefes que lideram uma comunidade, uma tribo ou um território. No Brasil, assiste-se à formação de uma sociedade patriarcal, em que os homens latifundiários possuem completo domínio daqueles que estão sob sua propriedade, decidindo a vida dos escravos, dos filhos, das mulheres e de seus dependentes. Por isso, se diz que a família brasileira era patriarcal.

Religiosidade e Educação no Segundo Reinado



Figura 12: Um senhor faz um escravo beijar a imagem de uma santa. Durante muito tempo, a escravidão no Brasil teve como fundamento o ideal cristão de evangelização.

Observe a imagem anterior. A sociedade do Segundo Reinado tinha como base cultural uma religiosidade baseada no catolicismo. Por isso, a conversão dos escravos vindos da África e a vigilância de suas práticas religiosas eram muito importantes. Apesar disso, sabemos que o negro escravizado resistiu a mais essa violência cultural através do sincretismo religioso, como, por exemplo, a associação direta entre os santos católicos aos orixás (deuses) da cultura africana. Ainda hoje, os terreiros de umbanda ou candomblé estão repletos de imagens de santos católicos, de Jesus ou de Maria, que são associados nos cantos e rituais a orixás como Iemanjá, Oxalá, Oxossi, Ogum, entre outros. O sincretismo religioso foi uma forma de manter sua cultura e raízes religiosas.

Poucos tinham acesso ao conhecimento. Não existiam escolas para toda a população livre e apenas a elite se privilegiava com a educação formal. Já nesse período, vemos um abismo social no campo da educação – de um lado, muitos analfabetos e do outro, alguns bacharéis. O caminho para os jovens bem-nascidos era frequentar uma faculdade.

Preocupados com a afirmação de uma unidade para o território nacional, cientistas e intelectuais tentavam enaltecer a pátria. Nesse sentido, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, contribuiu para construir uma história comum a todo vasto território brasileiro, edificando um passado comum e grandioso. Uma das questões marcantes nesse discurso de unidade e nacionalismo era a questão indígena. A figura do índio passou a ser exaltada como símbolo nacional de força e bravura. Um exemplo foi José de Alencar, escritor famoso pelo livro *Iracema* e o *Guarani*. Importante notar que o imperador D. Pedro II foi um grande incentivador e patrocinador desses literatos que se inspiraram no movimento romântico.

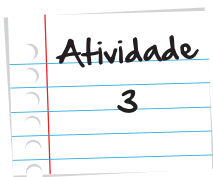
Segundo Josiane Fanzó (2009), o Romantismo vai coincidir com a independência política, por isso, o momento é de sentimento patriótico por um país em pleno processo de mudanças políticas, econômicas e sociais.

D. Pedro II: um Imperador de olho na cultura

“D. Pedro financiou ainda profissionais de áreas diversas, como advogados, agrônomos, arquitetos, um aviador, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e muitos pintores. Não é à toa que, nessa época, tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: “A ciência sou eu”. Sem dúvida, uma clara alusão ao dito de Luís XIV; uma referência ao momento em que D. Pedro passa a ser artífice (indivíduo que inventa) de um projeto que visava, por meio da cultura, alcançar todo o Império”. (Adaptado de: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131).



Saiba Mais



“

I

*Menina solteira
Que almeja casar
Não caia em amar
A homem algum;
Nem seja notável
Por sua esquivança,
Não tire a esperança
De amante nenhum. (...)*

VI

*Pode bem a moça,
Assim praticando,
Dos homens zomban-
do,
A vida passar;
Mas, se aparecer
Algum solteirão,
Sem mais reflexão,
É logo casar.*

”

(MACEDO, Joaquim Manuel de. A Moreninha. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Klick, [s/d], p. 61 – 62)

O texto acima é de Joaquim Manuel Macedo e faz parte da famosa obra “A moreninha”. A partir do texto e das reflexões feitas, qual o papel da mulher no Segundo Reinado?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 4

Declínio do Império do Brasil



Figura 13: Bandeira do Brasil à época do Império.

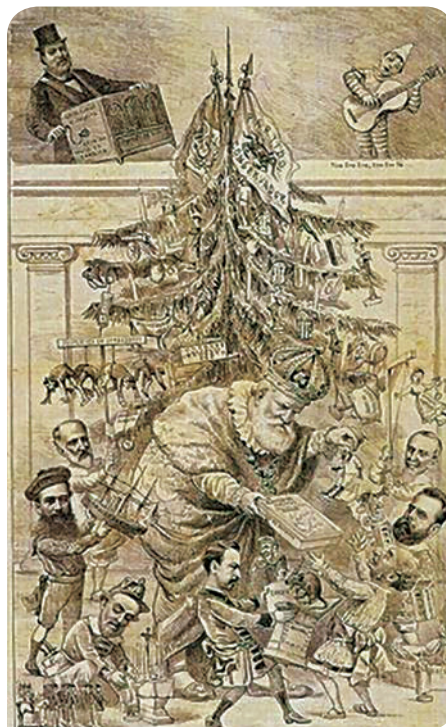


Figura 14: O ilustrador Ângelo Agostini, um dos maiores caricaturistas do século XIX, faz uma sátira à distribuição de favores feita por D. Pedro II no final do Segundo Reinado, e o coloca como um Papai Noel que distribui presentes às elites.

“

Imperador que empresta o nome à festa do Divino — na feliz tradução de José Bonifácio —, D. Pedro II compactuou com uma cultura que, ao mesmo tempo que se europeizou com sua presença, tornou-se mestiça, negra e indígena no convívio, por certo desigual, de tantas culturas. (...) Afinal, como explicar a permanência, por quase sessenta anos, de uma monarquia rodeada de repúblicas por todos os lados? Como entender o enraizamento de uma realeza Bragança, mas também Bourbon e Habsburgo, em um ambiente tropical, cercado de indígenas, negros e mestiços?

”

(SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 14).

Observe as imagens apresentadas no começo da página anterior, e leia o texto apresentado em seguida.

Elas nos contam um pouco sobre a história que estamos estudando: um império baseado em riquezas que estampavam a bandeira nacional – ao lado do escudo de armas, um ramo de café e outro de tabaco. O grupo político que sustentava o Império – os chamados saquaremas – eram cafeicultores e escravistas. E contra esses grupos dominantes tivemos diversas manifestações de descontentamento. O Segundo Reinado não foi um período de paz. Rebeliões, guerras externas e questões como o abolicionismo fizeram com que esse fosse um tempo conturbado.

Durante seu longo reinado, que durou de 1840 a 1889, D. Pedro II teve de lidar com sérios problemas. Mas, talvez, a maior de todas as questões que rondava o trono do Imperador era a sombra de uma ideia política: o ideal republicano que já existia desde o Período Colonial e ficava ainda mais forte com as crises que assolavam o Segundo Reinado. Essa foi a ideia que abalou o poder do Imperador no final de seu reinado. E que fez com que as críticas a D. Pedro II se tornassem mais acirradas, como vemos na charge de Ângelo Agostini, que mostra um Imperador que precisava distribuir favores para manter seu poder. Principalmente após 1870, o Segundo Reinado passou a sofrer com sucessivas crises. Vamos conhecer um pouco mais dessa história?



Questão Christie

A primeira disputa de peso na política externa brasileira tem relação com a Inglaterra. Em 1862, a polícia do Rio de Janeiro prendeu marinheiros ingleses acusados de promover badernas e saquear a carga do navio Prince of Wales. O diplomata inglês, Willian Christie, exigiu a libertação dos militares e o pagamento de uma indenização. Como não foi atendido, decidiu pela apreensão de navios brasileiros em águas nacionais, como forma de represália. D. Pedro II pagou a indenização e, posteriormente, num tribunal internacional entrou com uma ação contra a Inglaterra. Após o julgamento, a Inglaterra foi condenada a pedir desculpas públicas, mas como não aceitou, os dois países acabaram rompendo relações diplomáticas.

1. Guerra do Paraguai (1864-1870)

A região platina, particularmente a bacia Platina (atualmente envolve países como Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina) despertava entre os políticos brasileiros alguns interesses, tais como: a possibilidade de livre navegação nos rios da região, ampliação da área de pecuária para os estancieiros gaúchos, maior integração do território que corresponde atualmente ao Mato Grosso, o acesso às áreas produtoras de prata por comerciantes brasileiros, bem como o acesso facilitado aos mercados do interior da América do Sul são alguns dos fatores que explicam o interesse.



Figura 15: Territórios envolvidos na Guerra do Paraguai

Nesse período, o Paraguai não representava uma ameaça para o Brasil ou para a Argentina. Sua economia baseada na agricultura, apesar de passar por um crescimento nessa época, continuava inferior a dos países vizinhos, produzindo principalmente erva-mate para produção externa. Nem mesmo o governante Francisco Solano Lopez acreditava que o país conseguiria impor seus interesses na região. Por isso, aproximou-se de grupos políticos de oposição na Argentina e dos blancos no Uruguai, tentando ter poder de barganha com os grupos políticos hegemônicos nos países vizinhos.



Figura 16: Francisco Solano Lopez, presidente paraguaio

Saiba Mais

Os dois principais partidos políticos no Uruguai dividiam-se entre blancos e colorados. Os blancos eram considerados os conservadores, que defendiam os interesses dos agricultores e a defesa do protecionismo econômico. Enquanto os colorados eram associados aos liberais e batalhavam pelos interesses da elite de Montevideú.

D. Pedro II financiou parte das campanhas do partido político uruguaio Colorado (de tendência liberal) que acabou conseguindo a deposição do então presidente Blanco e a subida ao poder do Colorado Venâncio Flores (aliado do Brasil e Argentina). Isso fez o presidente paraguaio, Solano López, temer por seus interesses e decretar guerra ao Brasil e Argentina, invadindo o Mato Grosso em 1864.

A população paraguaia era pequena se comparada aos países da Tríplice Aliança (Argentina, Uruguai e Brasil), contudo sua força bélica (de guerra) era mais organizada. Mesmo assim, a Batalha do Riachuelo (primeira derrota paraguaia), realizada nos rios da região do Prata, abriria caminho para as tropas da Tríplice Aliança fazerem novas ofensivas por terra, até sua vitória definitiva, em março de 1870.



Figura 17: Batalha do Riachuelo.

Esta guerra que muito custou para o Paraguai, também teve consequências para o Brasil, sendo algumas delas: a reaproximação da Inglaterra (fornecedora de armamento para ambos os lados do conflito), gerando endividamento brasileiro; o fortalecimento do exército como força nacional que exigiu melhorias de suas condições; o crescimento do movimento abolicionista, após a participação de escravos como “voluntários da pátria”, ao lado de soldados brasileiros.

Os Voluntários da Pátria



Você já escutou este nome? Você sabe quem eles eram? É muito comum, em algumas cidades do Brasil, a homenagem a esses homens, principalmente, com monumentos e nomes de ruas. Esse grupo foi criado, em 1865, no Exército brasileiro para aumentar o contingente brasileiro na Guerra do Paraguai. Eles eram, geralmente, escravos ou pessoas das classes mais baixas da sociedade brasileira. Foram esses homens que lutaram na linha de frente nas batalhas. Para os escravos que se voluntariaram para a guerra, o alistamento era uma forma de conquistar a alforria, ou seja, havia a proposta do Governo imperial que, caso o combatente retornasse com vida, ele teria o direito à liberdade. Infelizmente, muitos escravos, na condição de “voluntários da pátria” morreram no conflito. Mas sua atuação, com certeza, contribuiu para a campanha abolicionista no Brasil.



Após a Guerra do Paraguai, os jornais e as revistas no Brasil reconheceram o valor da vitória do Exército. Os oficiais, então, passaram a reivindicar mais poder político – que vinha diminuindo desde a regência de Feijó –, novos armamentos e melhores soldos (salários). Tais reivindicações, no entanto, foram negadas pelo Imperador, o

que aproximou o Exército do pensamento positivista do sociólogo francês Augusto Comte. O positivismo científico pensava a sociedade através do progresso (com avanços técnicos e industriais) e que, no Brasil, passou a ser bem vista entre os militares por ser uma modernização de caráter conservador, que mais tarde serviria para a formação de uma República, com um Executivo forte, voto para os alfabetizados, abolição da escravidão.

Questão Religiosa



Você sabe o que a imagem acima representa? Ela é uma charge – uma caricatura, que ironiza algum acontecimento – produzida por Bordalo Pinheiro, em 1875, para retratar um problema entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica.

Conhecida como questão religiosa, esse acontecimento colocou em crise a Igreja Católica e o governo de D. Pedro II. Em linhas gerais, esse problema começou quando o papa Pio IX, em 1864, determinou a excomunhão (expulsão) de todos os católicos envolvidos com a prática de **maçonaria**.

Maçonaria

É considerada uma sociedade secreta, onde seus membros debatem assuntos sobre liberdade, igualdade, fraternidade. No Brasil, sua fundação ocorreu com o Grande Oriente, no Rio de Janeiro.

Apesar da oposição do Imperador, os bispos de Olinda e Belém, Dom Vital e Antonio de Macedo Costa, seguiram o documento papal (conhecido como Bula) e preferiram expulsar os membros vinculados à maçonaria. Insatisfeito com a ação dos bispos, D. Pedro II determinou a prisão deles. Como a medida causou um mal-estar entre o Estado e a Igreja, o Imperador se viu obrigado a anistiar os dois religiosos. Dessa forma, a charge nos mostra que o Imperador, mesmo ressentido de sua decisão, teve de dar a mão à palmatória ao documento papal.

Questão Republicana

O movimento republicano no Brasil pode ser dividido em duas correntes: uma mais revolucionária, que defendia a proclamação da república com o apoio popular, cujos principais líderes eram Lopes Trovão e Silva Jardim – defensores do Manifesto Republicano de 1870 – e uma segunda corrente, mais conservadora, tendo Quintino Bocaiúva como líder, defendendo uma transição pacífica do Império para a República. O Manifesto de 1870, em linhas gerais, foi um documento publicado por ex-membros do grupo liberal (Luzias) com o objetivo de instalar uma República no Brasil. Um dos veículos para divulgação da propaganda republicana eram as revistas e os jornais.



Vejamos a imagem ao lado:

O que você consegue identificar na imagem? Reparem, nela o imperador aparece como um idoso, cansado, sentado na sua cadeira e adormecido, com um jornal chamado: o País. O que isso pode dizer? Para os jornalistas republicanos, D. Pedro II representava um “antigo regime”, isto é, para a modernização do Brasil era preciso a instauração de uma República, afinal, o imperador adormecia ao ler as notícias do Brasil, mostrando incapacidade em administrá-lo.

Em termos políticos, o principal grupo político de apoio à República foi o Partido Republicano Paulista (PRP), criado em 1873, composto majoritariamente pela elite cafeeira. Sua proposta de República se baseava principalmente na ideia de federação, que dava uma maior autonomia às províncias. A proposta, todavia, não tinha uma preocupação com a abolição da escravatura, nem com as liberdades civis e garantias individuais de maior parte da população.

Questão Abolicionista

A questão do fim da escravidão já vinha causando debates na sociedade brasileira desde o início do Império. Antes, as discussões giravam em torno do tráfico de escravos e partiram ao longo do século para o fim da escravidão.

A partir de 1880, o movimento abolicionista ganhou força com a criação da Confederação Abolicionista. Tratava-se de um grupo que se reunia em favor da abolição, tendo nomes como: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Luís Gama e André Rebouças. O abolicionista Joaquim Nabuco acreditava que a abolição da escravatura deveria ocorrer pela via política, isto é, caberia ao Parlamento a elaboração de uma lei que extinguisse a escravidão. Aqui, a imprensa também foi fundamental para difundir a campanha dos abolicionistas.

Junto com a campanha abolicionista, houve um aumento considerável no número de fugas de escravo. Tanto que para combater e recapturá-los, o governo passou a enviar grupos do Exército que, com o tempo, passou a se recusar a fazer a tarefa.

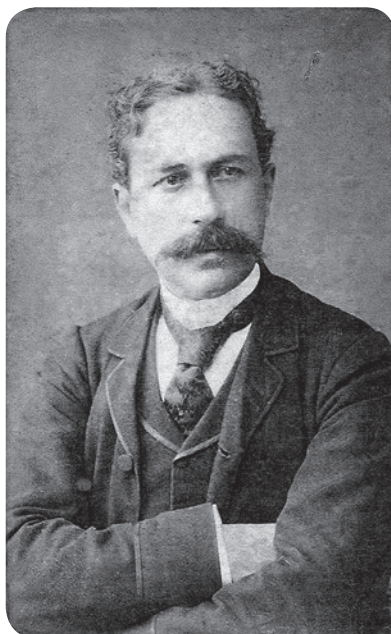


Figura 21: O abolicionista Joaquim Nabuco.

Já estudamos, em unidades anteriores, algumas leis contra o tráfico. Vamos tentar agora juntar as leis contra o tráfico e as que condenavam a escravidão no Brasil!

A **lei de 1831**, conhecida como “lei pra inglês ver”, determinava o fim do tráfico intercontinental de escravos. Oficialmente, nenhum africano escravizado poderia entrar no país. Ela concedia liberdade jurídica e controlada pelo Estado, pois todos os negros vindos da África, em navios ilegais, eram considerados “africanos livres”. Por outro lado, a **lei Eusébio de Queiros**, aprovada em 1850, extinguiu, novamente, o tráfico intercontinental de escravos. Desarticulava as redes de traficantes, no Brasil e na África, principalmente, na África portuguesa. Essas duas leis são consideradas leis contra o tráfico de escravos.

A **lei do Ventre Livre ou Lei Visconde do Rio Branco**, de 1871, tornava livres todos os filhos de escravos nascidos no Brasil, a partir daquela data. Todavia, a liberdade não era automática, já que, na prática, os senhores exigiam o pagamento dos gastos com essas crianças negras que viviam com suas mães escravas, ou seja, os jovens negros se viam obrigados a trabalhar, até os 21 anos, para os senhores, a fim de pagar os supostos gastos com sua criação. Em 28 de setembro de 1885, era aprovada outra medida que libertava todos os escravos com mais de 60 anos, conhecida como **Lei Saraiva-Cotejipe ou Lei do Sexagenário**.

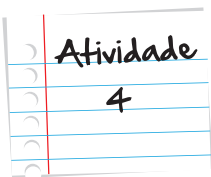
Por fim, o golpe de misericórdia na escravidão no Brasil ocorrerá com a **Lei Áurea**, em 13 de maio de 1888. Durante uma viagem à Europa, o Imperador D. Pedro II deixou sua filha, a princesa Isabel, como regente do país. Cabia a ela administrar o país na ausência de seu pai. A principal medida tomada pela regente foi a assinatura da Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil.



Figura 22: Princesa Isabel

A abolição da escravatura trouxe uma série de questões para a sociedade brasileira. A primeira é que desagradava boa parte dos proprietários de terra, pois libertava os escravos e não lhes garantia uma indenização ou pagamento. Afinal, o antigo senhor havia comprado um escravo na condição de trabalhador. Logo, isso contribuiu para que os proprietários de terras, principalmente os cafeicultores, aderissem às propagandas do Partido Republicano que exigia o fim da monarquia.

Por outro lado, a Lei Áurea não determinava para onde esses escravos, agora na condição de livres, deveriam ir. Sem propriedade e sem renda, eles não usufruíam de uma cidadania plena. Assim, com o fim da escravidão, alguns ex-escravos passariam a viver em péssimas condições, pois sem recursos próprios e sem apoio do governo restava aos negros recém-libertados morar em condições precárias, sem condições higiênicas favoráveis e edificadas sem uma legalização dos terrenos.



O trecho a seguir faz parte de um clássico samba enredo apresentado, em 1989, pela escola de samba Imperatriz Leopoldinense, com o título “Liberdade, liberdade! Abre as asas sobre nós”



O império decadente, muito rico, incoerente
Era fidalguia
Pra Isabel, a heroína
Que assinou a lei divina
Negro, dançou, comemorou o fim da sina
Na noite quinze reluzente
Com a bravura, finalmente
O marechal que proclamou
Foi presidente



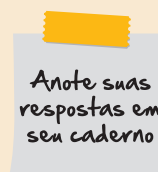
(GRES Imperatriz Leopoldinense, 1989)

Fonte: <http://letras.mus.br/imperatriz-leopoldinense-rj/46373/>

- a. Cite quatro fatores ou acontecimentos que relacionam “um império decadente, incoerente”, conforme descrito no texto acima.

- b. Explique por que a letra do samba considera a princesa Isabel uma heroína.

- c. Explique porque podemos considerar a abolição um processo gradual.



Resumo

- O Golpe da Maioridade foi uma jogada política para antecipar a subida de D. Pedro II ao trono do Império do Brasil.
- O Parlamentarismo “às avessas”, no qual o Imperador escolhia o primeiro ministro, era diferente do que ocorria na Inglaterra.
- Foram elaboradas leis contra o tráfico de escravos – 1831 e 1850 – e as leis abolicionistas – Lei do Ventre Livre, Sexagenário e Lei Áurea.
- A partir de 1870, o governo de D. Pedro II teve de lidar com uma série de problemas internos, como o crescimento da campanha republicana, a ascensão dos militares e os conflitos com a Igreja. E no plano externo, teve de lidar com a Guerra do Paraguai;
- O trabalho escravo foi substituído nas fazendas do Oeste Paulista pelo trabalho do imigrante europeu e isto fazia parte de uma política de “branqueamento” da sociedade.
- O café foi a base da economia no Segundo reinado, que também assistiu a um surto industrial que ficou conhecido como “era Mauá”.
- Tanto no campo quanto na cidade, o trabalho escravo era importante.
- A sociedade brasileira tinha organização patriarcal e a condição feminina durante o Segundo Reinado, apesar de sofrer algumas alterações, permanecia marginalizada.

Veja ainda

- O Império do Brasil.

Esse documentário sintetiza as três fases do Brasil Imperial, no qual o historiador Boris Fausto apresenta fatos marcantes, através de imagens e da viagem por museus.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=2263

- A Abolição.

Esse documentário faz um balanço histórico das leis contra o tráfico de escravos e as leis abolicionistas. Além disso, mostra como esse processo foi importante para a História do nosso país.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=3662

- A Guerra do Paraguai.

Documentário sobre o desenvolvimento da Guerra do Paraguai, através do teatro de bonecos.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=4799

- Mauá, o Imperador e o Rei (1999).

O filme conta a história de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, um dos homens mais influentes do Império. Dirigido por Sérgio Rezende. (138 min)

- Multimídia.

Você já procurou saber o que está escrito no texto da Lei Áurea? Seu artigo é bem claro: “É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil.” Você pode saber mais no sítio <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/66274.html> Acesse!

Referências

Livros

- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Unesp, 2007.
- FANZÓ, Josiane Aparecida. *Perfis Femininos da Sociedade brasileira em romances de Macedo, Alencar e do jovem Machado*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Mauá por trás do mito, 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/maua-por-tras-do-mito>>. Acesso em 02 de jan. 2013.
- GRIEG, Maria Dileta. *Café histórico, negócios e elite*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MAURO, F. *O Brasil no tempo de Dom Pedro (1831-1889)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS, Simone. *Resistência e Rebelião nas fazendas de São Carlos – 1888 a 1914*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004.

- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Imagens

Figura 1: <http://www.bcb.gov.br/novasnotas/segunda-familia.html>

Figura 2: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b1/Libra_esterlina.jpg

Figura 3: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Moeda_de_100_R%C3%A9is_de_1871_\(verso\).png](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Moeda_de_100_R%C3%A9is_de_1871_(verso).png)

Figura 4: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Houses.of.parliament.overall arp.jpg>

Figura 5: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001645/0000021424.jpg>

Figura 6: <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=747&evento=10>

Figura 7: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=26382>

Figura 8: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php>

Figura 9: <http://www.mcb.sp.gov.br/ernfraBuscaAssunto.asp?sAssunto=22>

Figura 10: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mylinks/viewcat.php?cid=12&letter=E&min=10&orderby=titleA&show=10>

Figura 11: <http://www.culturabrasil.org/segundoreinadoi.htm>

Figura 12: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mylinks/viewcat.php?cid=12&letter=E&min=10&orderby=titleA&show=10>

Figura 13: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jean-Baptiste_Debret_-_Bandeira_e_pavilh%C3%A3o_brasileiros_%28detalhe%29.jpg

Figura 14: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=27149&secao=espaco&request_locale=es

Figura 15: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Territorial_disputes_in_the_Platine_region_in_1864.svg

Figura 16: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/96/Lopez1870.jpg>

Figura 17: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/64/Martino-riachuelo-MHN.jpg>

Figura 18: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazilian_corporal_of_the_1st_Fatherland_Volunteer_battalion.jpg

Figura 19: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Quest%C3%A3o_religiosa.jpg

Figura 20: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Pedro_II_angelo_agostini.jpg

Figura 21: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joaquim_Nabuco_-_bacharel_em_1870,_embaixador,_aboliconista,_escritor-_\(Col._Francisco_Rodrigues;_FR-732\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joaquim_Nabuco_-_bacharel_em_1870,_embaixador,_aboliconista,_escritor-_(Col._Francisco_Rodrigues;_FR-732).jpg)

Figura 22: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Princesa_Imperial_D._Isabel_do_Brasil2.jpg

Atividade 1

- a. a) Golpe da Maioridade.
- b. Você deverá ser capaz de apontar que esses políticos acreditavam que a subida ao trono de D. Pedro II unificaria o país, evitando a fragmentação das provinciais do Brasil.

Atividade 2

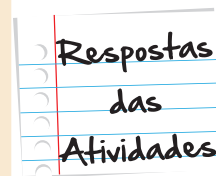
Quando analisamos atentamente, percebemos um aumento do número de escravos trazidos ao Brasil depois do Bill Aberdeen (1845) e uma redução drástica após a Lei Eusébio de Queirós (1850). Prevendo o fim do tráfico pelas pressões internacionais, os fazendeiros importaram o máximo de escravos que era possível nos últimos anos.

Atividade 3

O texto mostra que o casamento para a elite branca representa uma união de interesses. O casamento certo representava ascensão social para a mulher, que estava destinada ao lar e às tarefas domésticas. Pela importância em termos de união de herança, os casamentos eram planejados e arranjados pelos pais.

Atividade 4

- a. Questão religiosa, Questão Militar, Questão Republicana e Questão Abolicionista.
- b. Você deverá relacionar que o fato da princesa Isabel ter assinado a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil tornou a princesa uma heroína.
- c. Porque antes da Lei Áurea, foi assinada a lei Eusébio de Queirós que visava acabar com tráfico internacional e leis abolicionistas – Lei do Ventre Livre e lei dos Sexagenários – que, aos poucos, reduziriam o número de cativos no Brasil.





O que perguntam por aí?

ENEM – 2008

O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras: "Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas 'fábricas'; 4) a ação da política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5) a ação da família imperial."

Joaquim Nabuco. "Minha formação". São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 144 (com adaptações).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

- a. de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- b. de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.
- c. partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial. a Casa Branca.
- d. política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.

- e. religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

A alternativa correta é “a”.

ENEM – 2010

Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. Lopez precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. "As Repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai". BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência até 1870*, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois:

- a. representou a afirmação do Exército Brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- b. confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- c. concretizou a emancipação dos escravos negros.
- d. incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- e. solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

A alternativa correta é “a”.

